

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Documentos para a história da classe trabalhadora em Alagoas – experiência de um projeto no interior do Concurso Memória do Trabalho no Brasil

Oswaldo Batista Acioly Maciel*

Resumo: Este texto reflete sobre o projeto “Coletânea de documentos sobre a história do trabalho e da classe trabalhadora no estado de alagoas (1870-1950)”, concebido no interior do Programa Memória do Trabalho, coordenado pelo CPDOC/FGV.

Palavras-chave: Classe trabalhadora – Arquivos – Documentos.

Abstract: This Paper reflects about the project “Coletânea de documentos sobre a história do trabalho e da classe trabalhadora no estado de alagoas (1870-1950)”, conceived inside of the Programa Memória do Trabalho, coordinate by CPDOC/FGV.

Keywords: Working Class – Archives – Documents.

Introdução

A apreciação do Programa Memória do Trabalho apresentada aqui diz respeito muito particularmente ao projeto “Coletânea de documentos sobre a história do trabalho e da classe trabalhadora no estado de alagoas (1870-1950)”, uma das 22 propostas selecionados no Concurso "Memória do Trabalho no Brasil", coordenado pelo CPDOC/FGV, e que resultou na publicação *Operários em movimento: Documentos para a história da classe trabalhadora em Alagoas (1870-1960)* (MACIEL, EDUFAL, 2007). Ressaltarei aqui alguns dos impactos e possibilidades abertas pela efetivação do projeto em nível local, particularmente num primeiro mapeamento de acervos sobre a temática, ao mesmo tempo em que exponho algumas reflexões suscitadas pela experiência.¹

Na verdade, a idéia desta coletânea/publicação começou a surgir embrionariamente quando me encontrava nas pesquisas iniciais para elaboração do projeto de doutorado que desenvolvo junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. Por outro lado, há tempos que era um desejo para sanar parte das dificuldades que enfrentava e

¹* Professor da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL – Campus I/Arapiraca); mestre e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (PPGH-UFPE); bolsista CNPq.

enfrento ao trabalhar com a disciplina História de Alagoas, por demais carente de material bibliográfico. Com o surgimento do edital de seleção de projetos para o programa Memória do Trabalho, vi a possibilidade concreta de financiar tal empreitada. Quando consegui a aprovação, percebi o problema que vinha pela frente. Se uma parte da documentação já estava transcrita, outra estava apenas localizada e, para determinados períodos e ou assuntos que esperava contemplar, não havia indicação de material disponível, somente pistas. Um pouco na intuição, e com certa dose de sorte, consegui preencher a contento algumas destas lacunas. Tenho ciência, no entanto, de que o próprio formato e abrangência tomados pelo resultado final do projeto (publicação) refletem um pouco da precariedade do trabalho historiográfico em Alagoas.

Acervos de sindicatos

Seguindo de perto um traço existente para o restante do Brasil, os sindicatos de servidores públicos mais bem remunerados são os que possuem as melhores condições de se empenhar em um projeto de memória para si, de sistematização e catalogação de seu acervo e, eventualmente, de divulgação de sua história ora em boletins, ora em publicações destinadas a tal fim (livretos, coletâneas etc.). De qualquer modo, nem mesmo nestes sindicatos encontrei, até o momento, indícios de uma política de gestão de documentos digna deste nome. Quando muito, observei seus documentos administrativos e jornais guardados com certa organização.

Em sindicatos “de gabinete” este problema também ocorre, só que com objetivos e níveis aumentados. Aqui, o acervo guardado com alguma organização restringe-se aos papéis administrativos e burocráticos, e neste caso por serem necessários no cumprimento de tarefas corriqueiras do dia-a-dia dos contratos de trabalho e da legislação trabalhista (negociações coletivas de contratos de trabalho, FGTS, representação em questões trabalhistas etc.), única preocupação a que se destinam.

Acervos de instituições tradicionais (IHGA e APA)

No Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGA), além de uma ampla biblioteca sobre história de modo geral, existe documentação que pode contribuir na pesquisa sobre a história dos trabalhadores em seus diversos aspectos. Em princípio, julgando-se os maços escolhidos para análise como representativos do acervo, há uma certa dificuldade em encontrar a lógica que preside sua catalogação, pois se em determinados casos tais maços eram constituídos por documentos relativos a um indivíduo (como uma espécie de fundo), em

outros eram critérios temáticos que presidiam sua catalogação; em outros ainda, sobressaía uma total falta de critério.

Deste material consultado é possível identificar uma característica marcante: é uma documentação esparsa, que rarefaz as evidências sobre a classe trabalhadora. A sua hemeroteca possui um grande número de jornais (coleções encadernadas ou avulsos) que circularam em Maceió e em outras cidades do estado, sendo particularmente ricos para o período entre 1890 e 1950, constituindo-se provavelmente no mais sistemático acervo sobre a imprensa deste período existente em Alagoas. Nestes jornais, encontramos subsídios para compor o cenário urbano, aspectos das relações sociais estabelecidas entre trabalhadores e outras classes, bem como algumas das representações que as elites e a intelectualidade alagoana construíram para os operários. Também encontrei alguns poucos números de órgãos da imprensa operária alagoana, normalmente avulsos ou em coleções incompletas.

A realidade do Arquivo Público de Alagoas (APA), se bem que permita uma reflexão que caminha no mesmo sentido da apresentada para o IHGA, revela algumas diferenças. O APA não possui uma catalogação sistemática de seu acervo, estando toda sua documentação em péssimo estado de conservação, muitos dos maços e caixas deteriorados, sem limpeza e sem condições de manuseio por pesquisadores. Particularmente preocupante é o fato de que a concepção norteadora da construção do acervo do APA é a de que este deve se constituir de documentação de valor “histórico”, e que não se deve preocupar com a ampliação do acervo e com políticas de aquisição de novas coleções e peças documentais, antigas ou recentes.

Sobre este acervo propriamente dito a documentação existente é praticamente toda permanente (o que restringe sua valia para pesquisas posteriores a 1960) e de natureza marcadamente oficial. Assim, além de material relativo à legislação municipal e estadual, relatórios das administrações públicas, relatórios de empresas para os associados e correspondências entre estas empresas e o governo, encontram-se estatutos e regulamentos de irmandades e associações mutualistas de trabalhadores, vários exemplares da grande imprensa que cobrem desde 1880 a 1950 com um mínimo de regularidade – inclusive sobrevive, encadernada, uma coleção do órgão do Partido Comunista Brasileiro (seção de Alagoas) relativo aos anos 1950/60. Consultando um velho fichário da documentação catalogada no APA, alguns dos maços escolhidos a título de amostragem não foram encontrados, o que não só dificulta uma melhor precisão acerca da possibilidade de se pesquisar a história da classe trabalhadora a partir deste acervo, como sugere a desorganização ou extravio de peças de seu acervo.

Como se vê, a partir do breve mapeamento do acervo de instituições tradicionais de guarda e preservação de documentos, particularmente no que se refere à história da classe trabalhadora, e levando-se em conta as considerações apresentadas anteriormente, é necessário considerar o quanto tal documentação é comprometida com um projeto que retira a classe trabalhadora da história da sociedade alagoana, ou então insere-a a partir de uma lógica de subalternidade, de passividade e concordância com a ética oligárquica regional. Tais instituições, de preservação da memória social, são também produtoras de esquecimentos e de lacunas, muito particularmente no que concerne ao foco deste estudo.

DRT, Arquivo Judiciário e CEDEM - UNESP

Para além dos sindicatos e das instituições tradicionais, entretanto, a história dos trabalhadores também pode ser acompanhada em uma série de outras instituições e registros que não os exclusivamente produzidos pelos próprios trabalhadores, mas também por outros órgãos do estado, além dos arquivos de empresas e de personalidades políticas. Evidentemente, a própria história oral também fornece uma rica possibilidade de trabalho com a memória operária, mas pela característica do projeto, deixamos de lado este tipo de registro.

A documentação que vem sendo produzida pelas Delegacias Regionais do Trabalho (DRT) nas unidades administrativas brasileiras constitui-se em material de suma importância para recuperar aspectos da história da classe trabalhadora no País. Em Alagoas, a partir de algumas visitas que realizei à DRT local, tal realidade também se constata. De qualquer modo, aparentemente apenas a documentação corrente está devidamente catalogada e relativamente bem acondicionada. Afora isto, toda a documentação mais antiga (dos anos 1960 para trás) resente-se de tratamento, classificação, catalogação, acondicionamento e política de acessibilidade mais sistemática. Uma pequena parte desta documentação foi trabalhada através do Projeto Resgate da Gestão Documental da Delegacia do Trabalho Marítimo em Alagoas/DTM-AL, possibilitando preservar e acondicionar de forma segura documentos produzidos por sindicatos entre os anos 1940 e 1980 (CAMPOS, 2005).

Um outro arquivo público, o Arquivo Judiciário do Estado de Alagoas (AJAL), apresenta um modelo de gestão em consonância com as mais recentes discussões e procedimentos técnicos na área da arquivística nacional – em que pese ainda sua falta de equipamentos e material condizente. A documentação produzida na esfera judiciária tem se revelado fonte riquíssima para se entender a história da classe trabalhadora, como demonstram vários estudos realizados no Brasil que têm se debruçado sobre escravidão e/ou trabalho juridicamente livre. Uma olhada no acervo catalogado do AJAL revela uma rica

diversidade de temáticas relativa à classe trabalhadora, indo desde cartas de alforrias e processos de compra e venda de escravos, a relações conflituosas que envolvam trabalhadores dentro ou fora do ambiente de trabalho.

Buscando documentação relacionada com trabalhadores alagoanos em instituições arquivísticas de fora do estado, localizei um bom acervo no Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM-UNESP), composto basicamente de órgãos da imprensa operária no período da Primeira República, incluindo exemplares dos jornais escritos por Antonio Canellas e por Octavio Brandão. Além deste material, existem alguns exemplares da imprensa operária alagoana no Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE), fruto das relações estabelecidas entre o movimento operário dos dois estados. Infelizmente, alguns títulos de seu catálogo não foram encontrados. De qualquer modo, nesta instituição encontra-se também uma boa quantidade de órgãos da imprensa operária pernambucana que traziam notícias sobre os trabalhadores alagoanos, ou então reproduziam artigos de opinião de militantes e colaboradores de Maceió.

Documentos para uma história do trabalho

No geral, as instituições arquivísticas públicas locais não se caracterizam, em seus projetos, como preocupadas em preservar uma memória coletiva dos trabalhadores, revelando suas conquistas e legitimando direitos do trabalho. De qualquer modo, caindo em suas próprias armadilhas, os mecanismos de repressão elaborados pelo Estado são justamente os maiores produtores de documentação sobre os trabalhadores engajados e os militantes de esquerda. Apesar da imagem negativa sob a qual normalmente aparecem estes trabalhadores, estes documentos possibilitam, através de cuidadoso trabalho de leitura articulada com abordagens pertinentes, a problematização de significados e momentos da luta destes grupos que aparentemente estavam perdidos.

O descuido com o registro da história operária não é apanágio apenas das instâncias públicas, controladas hegemonicamente pelas classes dominantes. A própria forma como as entidades de trabalhadores lidam costumeiramente com sua memória revela ou o esquecimento ou um certo olhar oblíquo sobre seu passado. Assim, pelo lado dos trabalhadores, acontece também um certo esquecimento, como afirmou Bert Andréas, para quem o movimento operário raramente dispensara “à sua própria história e suas exigências científicas mais atenção do que exigiam as necessidades quotidianas da política e da propaganda” (Apud HAUPT, 1985: 213). Em parte, contribuiu para tal postura uma certa “cultura da clandestinidade”, como fala Marcelo Badaró Mattos. Esta cultura “que atingiu os

grupos políticos de esquerda que atuavam nos sindicatos [particularmente durante a ditadura militar, no caso brasileiro] reforçaria esta tendência à não-preservação de documentos” (MATTOS, 1998: 14). Este fato, porém, não explica tudo. Existe também o problema do corporativismo e a burocratização de sindicatos, que muitas vezes ocorre paralelamente a um processo de esquecimento de sua memória, de desmonte de acervos, pois esta prática política do sindicalismo oficial não quer deixar rastros de sua ação muitas vezes “pelega”, para que possa ser melhor reconstruída em um imaginário combativo no futuro. Como consequência - a despeito dos ricos caminhos que podem ser trilhados com as fontes orais -, os relatos combativos e a memória que não podem ser cruzados com outras fontes revelam-se muitas vezes mitificadores, presas de uma representação da história sem historicidade. Além de não reconstruir a contento as lutas e embates com patrões e com o Estado, a memória militante esquece nuances das disputas e encruzilhadas que foram abandonadas, conflitos internos que não se explicam. Ancorado em Jean Chesneaux, Georges Haupt afirma que “[...] o silêncio, a ocultação, ‘procedimento favorito do poder’ nos dispositivos de controle do passado, não foi e não é monopólio das classes dirigentes” (HAUPT, IBIDEM: 212).

Enfim, de maneira bem genérica, é possível afirmar que existem algumas características no modo como a classe trabalhadora aparece nos acervos consultados. Normalmente o trabalhador é visto/representado das seguintes maneiras: ora pelo 1) Estado (relatórios de polícia, documentos administrativos das Delegacias Regionais do Trabalho, processos judiciais etc.); ora 2) pelos patrões/burguesia/elite (imprensa diária, relatórios e regimentos de fábricas, argumentos tayloristas etc.); ora, ainda, 3) pelas lideranças operárias/militantes (panfletos e jornais de campanhas salariais, imprensa operária, memórias autolegitimadoras etc.). O trabalhador comum, aquele que representa de modo mais homogêneo o padrão cultural da sua categoria, não tem voz: a espinha dorsal de uma classe trabalhadora é igualzinha aos anônimos da história. Classe eminentemente histórica – pois veio acabar com a pré-história da humanidade (alienada) e entrar no verdadeiro reino da história!! –, ela comunga muitos aspectos metodologicamente associados aos que “não possuem história”, aos que são normalmente vistos de cima – aos protagonistas da história vista de baixo.² Memória fragmentária e traumática, que impossibilitaria o acúmulo da experiência, e que dificultaria a construção da trajetória destes grupos sociais.

² Cabe salientar que não é de qualquer história vista de baixo que falo aqui, mas sim daquela que não perde os fios da relação com as grandes questões de uma época ou estrutura social, nem esquece a carga de condicionamentos que encaminham porém limitam as possibilidades de ação dos grupos sociais que formam as classes. Para tal abordagem veja-se a leitura que Marcelo Badaró Mattos realiza da obra de Edward Thompson, que muitos insistem em distorcer a partir de um viés culturalista (MATTOS, 2006: 81-110).

É necessário constatar o caráter de abnegação, de esforço pessoal, de comprometimento com a “causa”, para os que lidam com a preservação da memória operária, para os que iniciam o trabalho de preservação de documentos desta história. Trabalhar com isto seria andar na contracorrente dominante. É como se houvesse também uma militância paralela para a guarda da memória dos trabalhadores, e esta militância termina normalmente sendo inviabilizada quando a militância mais prática, da luta direta, se estabelece em determinadas conjunturas. Então, *esquece-se* que a luta pela memória, reforçando-a sempre como seletiva, é parte constitutiva das relações de poder que se estabelecem entre as classes sociais e os sujeitos coletivos. Esta é uma dimensão da luta de classes que precisa ser despertada em muitas das lideranças comprometidas com o mundo do trabalho.

Cabe considerar, além do mais, que os acervos de sindicatos e associações de trabalhadores, quando existentes, permitem acesso a um material menos fragmentado para a reconstrução da história de tais trabalhadores associados do que de outros tipos de trabalhadores. Os trabalhadores não associados, informalizados e os desempregados são mais facilmente vítimas do esquecimento. Para não ficarem à mercê de discursos políticos e das preconceituosas representações da imprensa, esta espécie de operários hifenizados (ANTUNES, 2000: 195-207) já necessita também de um engajamento na defesa de seu direito por uma história!

Conclusão

A título de conclusão, gostaria apenas de indicar possíveis ganhos na implementação deste projeto em nível local:

- Socializar reflexões e documentos sobre trabalhadores com um vasto conjunto de setores que estão ligados direta ou indiretamente com a construção da memória operária local e/ou com a produção e/ou preservação desta documentação;
- Contribuir com o novo cenário historiográfico alagoano, despertando algumas pessoas diretamente para o contato com fontes deste tipo. Particularmente entre pesquisadores de orientação marxista (que em princípio estariam mais próximos do interesse pela temática), que muitas vezes - por conta de sua formação marcadamente teórica – relegam a pesquisa documental a um segundo plano;
- Contribuir com algumas das ações do Fórum Pró-Arquivos (instalado em fins de 2005 por um conjunto de profissionais representantes de diversas entidades, visando discutir a implementação de uma política de arquivos no estado);

- Ampliar o período estrito de minhas pesquisas de doutoramento, possibilitando uma visão de processo mais ampla na medida em que comecei a lidar com documentação posterior a 1930;
- Permitir a aproximação junto a sindicatos e instituições produtoras de documentos sobre a história do trabalho e da classe trabalhadora (DRT, TRJT etc.). Particularmente, no caso dos sindicatos (especialmente os vinculados à CUT), um contato anterior ao projeto havia sido feito, porém sem retorno algum. Após a visibilidade institucional proporcionada pelo projeto em si, bem como com a certeza da publicação do material, alguns contatos se reforçaram e portas se abriram. Neste sentido, o projeto pode ter criado condições para novas ações e atividades a serem desenvolvidas na área;

Referências bibliográficas:

ANTUNES, Ricardo. *Os novos proletários do mundo na virada do século*. In: **Os sentidos do trabalho** – ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000. Pp. 195-207.

CAMPOS, Josafá Ferreira. **Relatório de estágio/monitoria em Arquivologia** – Projeto Resgate da Gestão Documental da Delegacia do Trabalho Marítimo em Alagoas/DTM-AL. Departamento de História/CHLA/UFAL, Maceió, 2005, (sob a orientação da prof^a Maria de Lourdes Lima).

HAUPT, Georges. *Por que a história do movimento operário?* In: **Revista Brasileira de História**. vol 5, nº 10. Tradução de Yara Aun Khoury – São Paulo: ANPUH/Marco Zero, março-agosto de 1985. Pp. 208-31.

MACIEL, Osvaldo Batista Acioly (org.). **Operários em movimento**: documentos para a história da classe trabalhadora em Alagoas (1870-1960). Maceió: EDUFAL, 2007.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e velhos sindicalismos** - Rio de Janeiro (1955/1988). Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

_____. *E. P. Thompson no Brasil*. In: **Outubro** – Revista do Instituto de Estudos Socialistas, Nº 14, São Paulo: Alameda, 2º semestre de 2006. Pp. 81-110.